

A Cidade Incerta. Barómetro do Observatório de Luta Contra a pobreza na cidade de Lisboa”¹

Recensão

Alda Teixeira Gonçalves²

DINÂMIA’CET-IUL e Instituto de Segurança Social, I.P., Portugal

Vidas Incertas

“A crise socioeconómica de hoje teve a capacidade de nivelar por baixo – pelos níveis de pobreza – perfis sociais outrora tão diversos. (...) Encontramos desde “pessoas como nós” com habilitações e percursos de vida estáveis até aos perfis tradicionais, fruto de gerações de pobreza (...). Essa proeza é conseguida, em larga medida, devido ao disfuncionamento do mercado de trabalho seguido pela sucessiva diminuição dos apoios sociais ligados ao Estado de bem-estar.

(Castro, A. et al, 2012: 239)

A cidade de Lisboa vem sendo, nos últimos anos, objecto de estudo privilegiado em múltiplas investigações, nomeadamente sociológicas. O leitor depara-se com a cidade incerta ou com as incertezas das vivências quotidianas actuais, que corporizam uma das facetas da condição urbana de Lisboa - situações de vulnerabilidade, pobreza e exclusão social de muitos dos seus cidadãos que, por força das necessidades sentidas, se vêm envolvidos em medidas, programas e políticas sociais promovidas pelo Estado e por entidades da Sociedade Civil.

Trata-se de uma pesquisa desenvolvida por uma equipa do DINÂMIA’CET-IUL – Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território do ISCTE-IUL para o Barómetro do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, promovido pela EAPN Portugal.

O livro encontra-se organizado em duas partes a convocar leitura sequencial. Ao submergir na leitura, contudo, o leitor apercebe-se nitidamente de quatro partes. A introdução que permite, desde logo, uma contextualização sintética dos principais desafios conceptuais que se colocam à ancestral relação entre o actor e o sistema; o relevo do actor na emergência do paradigma do Estado social e uma síntese das opções metodológicas, privilegiando uma metodologia de painel e a análise longitudinal.

Em seguida, a Parte I dá conta dos perfis sociais dos actores vulneráveis estudados: trabalhadores pobres, com baixos rendimentos e precária inserção laboral; não-trabalhadores em idade activa, isto é, desempregados, cuidadoras informais, incapacitados para o trabalho por motivo de doença e desafiados; num último perfil,

¹ Castro, A. (Coord.), Antunes, M.J.L., Costa, S., Guerra, I., Santos, M. (2012), *A Cidade Incerta. Barómetro do Observatório de Luta Contra a pobreza na cidade de Lisboa*, Cadernos EAPN 17, EAPN Portugal/ Rede Europeia Anti-Pobreza, apoio do Ministério da Solidariedade e Segurança Social.

² Alda.M.Goncalves@seg-social.pt

destacam-se os idosos. Pode dizer-se que os perfis agora aprofundados tinham já constituído objecto de estudo de algumas das autoras, numa pesquisa anterior (2010), designada *Os Caminhos da Pobreza, Perfis e Políticas Sociais na Cidade de Lisboa*, efectuada por solicitação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

A Parte II centra-se sobre as políticas e apoios sociais a partir de duas perspectivas: a percepção das entidades e a dos seus beneficiários, os actores vulneráveis que se inserem nos perfis referidos, sendo também assinalados os principais constrangimentos existentes e algumas propostas para os resolver.

Finalmente, as conclusões propondo um cruzamento de olhares nesta cidade incerta, uma sociedade de risco, com dificuldades de entendimento da pobreza, que suscita questões políticas e científicas, mas também individuais/ identitárias e familiares e questiona o sistema sobre as oportunidades necessárias à melhoria das condições de vida dos cidadãos mais vulneráveis.

Neste estudo, “o foco da investigação privilegia uma abordagem compreensiva e em profundidade dos processos sociais e biográficos que estruturam as dinâmicas de exclusão/ inclusão, dando-se relevo ao sentido que os actores dão às suas vivências e a percepção que têm das suas capacidades e das oportunidades que lhes são oferecidas.” (Castro et al, 2012: 13)

Assim se justifica a importância da exploração de perfis “com traços de vulnerabilidade reportados a estados de carência e de dano associados a necessidades tradicionais e emergentes” (Castro et al, 2012: 13) para melhor detectar o impacto das políticas sociais face às situações de vulnerabilidade, permitindo inclusive comparações entre contextos residenciais.

A operacionalização do Barómetro de pessoas em situação vulnerável privilegiou três eixos de análise com incidência: na detecção de “processos de vulnerabilização” dos diferentes perfis; nos “recursos individuais e disposições de activação” e na avaliação do “impacto das dimensões socioeconómicas e político-institucionais”, responsáveis por recursos e oportunidades para lidar com situações de vulnerabilidade e pobreza. (Castro et al, 2012: 11)

As autoras adoptaram uma postura antropológica, capaz de valorizar a voz dos “pobres” para desvendar os seus percursos de vida e vivências nesta “cidade incerta”.

Recorreram a uma metodologia de painel, a que melhor permite captar, ao longo do tempo, processos, causas e efeitos das dinâmicas de pobreza. A proposta assenta na identificação de percursos-tipo e no seguimento das mesmas pessoas em momentos temporais regulares. Salientam-se as vantagens dos estudos longitudinais, mas não se encontram aqui definidos os momentos em que se repetirão as entrevistas (técnica pela qual a equipa optou).

“Foram realizadas 80 entrevistas aprofundadas distribuídas por 2 grupos de freguesias e por 5 perfis” (Castro et al, 2012: 23-24) já referidos. No primeiro grupo de freguesias estão Marvila e Ameixoeira, com vulnerabilidades elevada e moderada, população jovem e muitos residentes em habitação social. No segundo grupo estão as freguesias de Socorro, S. Miguel, Santa Justa, S. Cristóvão, S. Lourenço e Santo Estevão, com vulnerabilidades elevadas e população envelhecida.

Foram ainda entrevistados interlocutores de 9 entidades com relevo em termos de intervenção local nos dois grupos de freguesias.

Nesta sequência, vale a pena ler atentamente a parte I, dedicada aos perfis sociais, que explicita detalhadamente contextos, ligações aos espaços de residência na cidade, situações de vulnerabilidade, estratégias de gestão da privação e das situações de vulnerabilidade, assim como auto-imagens, auto-apreciações e retratos de trabalhadores pobres, de não trabalhadores em idade activa (desempregados, cuidadoras informais, incapacitados para o trabalho por motivo de doença e desafiados) e de idosos.

Pode dizer-se que uma das dimensões interessantes desta pesquisa é a de permitir ao leitor uma perspectiva comparada das percepções dos beneficiários e das entidades face às medidas e apoios sociais, assim como das

propostas efectuadas. Destacam-se apreciações coincidentes, entre responsáveis das entidades e beneficiários em alguns aspectos, nomeadamente quanto à necessidade de reforçar a oferta da rede de equipamentos.

Os beneficiários, embora considerem os apoios existentes em termos de saúde, prestações sociais e habitação positivos, referem que são insuficientes, já que em maioria são temporários. As entidades, por seu lado, demonstraram preocupação com o emprego que consideram fundamental para a autonomia dos beneficiários e com a formação profissional que, em geral, não capacita para a integração no mercado de trabalho.

Relativamente aos apoios sociais, as entidades criticam as formas organizacionais e os modos de intervenção, enquanto os beneficiários destacam que o acompanhamento é fundamental, criticando a inércia de alguns técnicos, o reduzido poder negocial que lhes é conferido e um excesso de invasão das suas vidas privadas.

As entidades salientam ainda dificuldades quer em garantir a sustentabilidade dos projectos, quer em definir com clareza os seus destinatários no âmbito da luta contra a pobreza. Em termos de acessibilidade aos apoios sociais, as entidades consideram que a população jovem e os imigrantes são os que mais dificuldades enfrentam, em aceder ao mercado de habitação (público e privado) e dão conta da falta de transportes para acesso aos equipamentos de saúde, enquanto os beneficiários criticam dificuldade de acesso às prestações sociais, à alimentação, educação e formação profissional, salientado como positivo o projecto Casas Primeiro.

Quanto às propostas, são diversas e vastas, mas destacam-se algumas comuns entre entidades e beneficiários, as que “passam pelo acesso facilitado à habitação, a promoção de respostas e incentivo à criação de postos de trabalho e a criação de novas e diversificadas respostas da rede de equipamentos.” (Castro et al, 2012: 235) No caso dos beneficiários, as prestações sociais agregam mais propostas: consideram que é necessário maior rigor na atribuição, incrementar a fiscalização e aumentar os montantes dos apoios sociais. As entidades destacam também a necessidade de maior articulação entre parceiros, de mais inovação, flexibilidade e intervenções comunitárias, assim como de monitorização e avaliação das intervenções.

Quanto às principais conclusões partem, como se referiu, da constatação genérica de que continuam a verificar-se dificuldades de entendimento da pobreza e das mutações que vem registando no actual contexto de crise, quer ao nível político, quer ao nível científico. De acordo com as autoras “a pobreza parece ter mudado de cara e ter-se aproximado de grupos sociais até aqui integrados tendo-se a sensação de que a qualquer momento nos pode atingir a nós, os incluídos.” (Castro et al, 2012: 240).

Observa-se que a maioria dos entrevistados (40 em 61) está consciente da complexidade dos problemas, procuram activamente oportunidades, mas consideram que a sua situação requer estratégias cooperativas entre os próprios e as entidades públicas.

O deficiente funcionamento do mercado de trabalho a par com a incapacidade de resposta do sistema de protecção social para fazer face às crescentes situações de desemprego, doença e problemas familiares, constituem incidentes críticos que contribuem para explicar/ revelar situações de vulnerabilidade na qual alguns dos entrevistados se encontram.

Na realidade, estes “vulneráveis” surgem como indivíduos sofredores e muito ocupados, pois “é preciso assegurar quotidianamente a sobrevivência diária de si e da sua família. A gestão dos riscos associada à precariedade quase total, a gestão da incerteza, a descoberta, a manutenção ou construção de redes sociais dadoras de recursos vários é de uma enorme exigência temporal e material.” (Castro et al, 2012: 245)

Todos os actores de todos os perfis, excepto os desafiliados, salientam a importância dos apoios familiares (apoios financeiros, de géneros, apoios aos filhos, permanência em suas casas). Contudo, não deve concluir-se que os problemas sociais podem ser resolvidos apenas através do capital social, é necessário que o Estado Social mantenha e cumpra as suas funções (facilitando acesso a equipamentos sociais e apoios pecuniários para fazer face à diversidade de situações).

As autoras consideram que importa reflectir colectivamente sobre “pobreza e desenvolvimento” e que a reflexão não pode ficar-se pelo nível dos problemas individuais. Importa reflectir e questionar que oportunidades existem

para responder às necessidades/ vulnerabilidades dos cidadãos? E é nesta medida que a pesquisa coloca o entendimento das vulnerabilidades "entre capacidades e oportunidades, não culpabilizando os sujeitos pela situação em que se encontram, já que o tipo de oportunidades sociais que são oferecidas pelo sistema social e pelos seus níveis de desenvolvimento podem comprometer ou potenciar a aquisição e o exercício dessas capacidades." (Castro et al, 2012: 252)

O futuro é encarado activamente pela generalidade dos entrevistados e joga-se precisamente entre capacidades pessoais e oportunidades sociais. O trabalho e o rendimento que daí advém assumem um papel central como medida prioritária de inserção, para os entrevistados. Esta pesquisa problematiza ainda várias questões sobre o tema no actual contexto de crise, cuja reflexão importará aprofundar, nomeadamente a precarização do trabalho e das condições laborais, a deterioração do custo da mão-de-obra e até a desvalorização do sentido social do trabalho.

Constata-se que o aumento das qualificações, por via da educação, e a inserção no mercado de trabalho se afigura hoje como uma relação insegura, pois esta pesquisa demonstra que os trabalhadores pobres de hoje são mais qualificados que os do passado.

A crise actual e a retracção das políticas sociais ou das opções políticas de diminuição das mesmas são bem visíveis no aumento das situações de exclusão social e pobreza que atingem actualmente cerca de 1/3 da população europeia.

Refira-se que a habitação e a saúde são dimensões estruturantes do bem-estar e possuem impactos decisivos na vida de todos os cidadãos, sobretudo nos que se encontram em situações de vulnerabilidade. "O alojamento emerge claramente como um indicador de profundas desigualdades (...) como carga financeira e/ ou como ausência de conforto nas condições de vida com consequências na saúde dos familiares." (Castro et al, 2012: 260)

Importa sublinhar ainda algumas referências ao RSI, uma vez que cerca de metade dos entrevistados (31 em 74) são beneficiários desta medida de protecção social, que mais controvérsias e polémicas tem alimentado na sociedade portuguesa. A medida é encarada como um rendimento provisório, em fases da vida negativas (trabalhadores pobres e desempregados), capaz de apoiar a sobrevivência (incapacitados para o trabalho, por questões de saúde e desafiados, com situações de doença mental), constituindo também uma oportunidade de acesso a qualificações escolares e profissionais capazes de potenciar maior inserção no mercado de trabalho.

Não deixa de ser curioso continuar a constar um paradoxo que, em relação a esta medida, vem de longe "enquanto se justificam como merecedores das medidas de apoio social recebidas, a quase totalidade considera que os outros que a recebem o fazem quase sempre de forma irregular." (Castro et al, 2012: 263) Esta ideia, segundo as autoras, encontra explicação na "difusão de um «discurso politicamente correcto» de crítica a quem recebe os referidos apoios sociais." (Castro et al, 2012: 263)

As autoras constataam ainda muitas contradições entre as intenções subjacentes às medidas de política e as práticas de operacionalização das mesmas, verificando-se um acompanhamento social apressado e até desajustado face às necessidades e também insuficiência e desadequação de recursos accionados para resolução das situações de vulnerabilidade, pobreza e exclusão social.

Por último, importa salientar que os resultados obtidos através desta pesquisa constituem mais um passo no aprofundamento do conhecimento, quer sobre o impacto de tais iniciativas no combate à pobreza e à exclusão social, quer sobre percursos de inclusão/ exclusão, suas causas e estratégias familiares para os enfrentar e colocam desafios vários a este Barómetro de pessoas em situação de vulnerabilidade.